



PREFEITURA MUNICIPAL  
DE CORDEIRÓPOLIS

Ofício nº. 136/2020 – CA/SMA

Cordeirópolis, 1º de outubro de 2020.

Prezada Senhora

Honra-nos vir à presença de **Vossa Excelência** com a finalidade precípua enviar para ser substituída a “Folha nº 4”, da **Mensagem nº 36, de 30.09.2020**, do **Projeto de Lei nº 31, de 30 de setembro de 2020**, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Cordeirópolis, para o exercício de 2021, conforme especifica.

Sendo o que se apresenta para o momento, certo de estar agindo conforme, aproveito para incrustar ao ensejo meus sinceros protestos de consideração e nímio apreço.

Atenciosamente,

  
José Aparecido Benedito  
Coordenador Administrativo chefe

A  
Exma Sra.  
Vereadora Cássia de Moraes  
M.D. Presidente da Câmara Municipal de Cordeirópolis.

PROTÓCOLO Nº 00953/2020  
CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS  
DATA: 02/10/2020 HORA: 14:31  
Autoria: Secretaria Municipal de Administração  
Assunto: Envia para ser substituída a Folha nº 4, da Mensagem nº 36, de 30.09.2020 do Projeto de Lei nº 31, de 30 de setembro de



---

PROJETO ANEL VIÁRIO

---

RECUPERAÇÃO DAS NASCENTES

---

NOVO CORDEIRO CLUBE

---

IMPLANTAÇÃO DE LÂMPADAS LED

---

PROLONGAMENTO AVENIDA PRESIDENTE VARGAS

---

PROGRAMA MEU PEDAÇO DE CHÃO

---

REFORMA ESTÁDIOS MUNICIPAIS

---

AMPLIAÇÃO PROGRAMA COMIDA NA MESA

---

Com relação aos fundos especiais, para os efeitos do art. 2º, § 2º, inciso I, da Lei nº 4.320/64, a discriminação de suas receitas faz parte do quadro geral de receitas integrante do presente projeto. Os planos de aplicação estão definidos segundo unidades orçamentárias criadas para cada fundo existente no município.

A propositura prevê os instrumentos de ajuste do orçamento, por meio do mecanismo correspondente, ou seja, a abertura de créditos adicionais suplementares, cujo pedido de autorização foi incluído neste projeto.

O projeto contempla dotação consignada como Reserva de Contingência, nos termos do art. 8º da Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/2001, para ser usada no atendimento do disposto no art. 5º, inciso III, da Lei de Responsabilidade Fiscal (riscos imprevistos e passivos contingentes), bem como para fonte de recursos para abertura de créditos adicionais. Além desse valor determinado pelo artigo 6º da LDO/2021, foi inserido também o valor de R\$ 463.290,00, correspondente 0,3% (três décimos por cento) da Receita Corrente Líquida – RCL estimada para 2021 destinada a dar amparo a emendas individuais parlamentares, importância esta que pode ser anulada para os efeitos do disposto no art. 175 § 6º, da Constituição Estadual. O seu uso pelos Vereadores evitará que ações fiquem mutiladas ou inexecutáveis em virtude das anulações para dar amparo às emendas por elas ofertadas e que costumam causar ineficiências e transtornos na execução orçamentária. Tal medida, sem dúvida, favorece e facilita o trabalho do Poder Legislativo.

continua